

MOÇÃO

PRESERVAR O AMBIENTE, POR UMA SOCIEDADE JUSTA E SUSTENTÁVEL

A defesa do ambiente e o equilíbrio ecológico são preocupações face à essência e práticas do capitalismo de tudo submeter ao objectivo do lucro.

A luta pela defesa do ambiente não está desligada dos objectivos em que se insere a luta de classes por uma sociedade mais justa e pacífica, capaz de simultaneamente garantir melhores condições de vida e de trabalho, e uma relação mais harmoniosa entre o ser humano e o planeta que habitamos, preservar e restaurar o equilíbrio da natureza e combater a mercantilização do ambiente.

Desta forma, as preocupações com a preservação ambiental, da natureza e do equilíbrio ecológico, estão intrinsecamente ligadas à exigência de medidas que revertam os processos de desregulação do trabalho e negação de direitos, os quais, são encetados pelas mesmas forças que destroem o planeta em que vivemos. O grande capital que nega aos trabalhadores uma vida mais digna é o mesmo que mercantiliza a natureza, colocando em causa a nossa sobrevivência enquanto espécie.

As alterações climáticas não podem servir de pretexto para branquear o capitalismo, que procura criar fracturas geracionais, ao mesmo tempo que quer subordinar a vida no planeta à lógica do lucro, sem qualquer respeito pela liberdade, soberania e os direitos dos povos.

O sistema de produção capitalista, com a sua natureza exploradora, faz sentir os seus efeitos nos trabalhadores, que são frequentemente os primeiros a sentir as consequências das alterações climáticas e da degradação ambiental, nomeadamente quando expostos a fenómenos de calor e frio extremos, bem como na natureza, a qual explora desenfreadamente, inclusivamente promovendo guerras e conflitos pela posse e extracção dos recursos naturais do planeta.

Neste quadro, os delegados ao XV Congresso da CGTP-IN sublinham a importância crucial da defesa do ambiente, fundamental para a sustentabilidade do nosso planeta e para a qualidade de vida dos trabalhadores e deliberam:

- Exigir o reforço de meios públicos disponíveis para a efectivação de uma verdadeira política de defesa do equilíbrio ecológico e da biodiversidade, e de uma utilização mais eficiente dos recursos, capaz de promover a sua preservação, restaurando os ecossistemas, combatendo a desflorestação e a poluição do ar, da água e do solo;

- Reclamar o ordenamento do território e a promoção de um efectivo desenvolvimento regional e soberano, apostando na produção local, na substituição de importações e no desenvolvimento tecnológico que permita produzir com menos meios. Garantir políticas de investimento público e de combate à desertificação e ao despovoamento;
- Fomentar uma mudança sistémica que promova uma política orientada para a satisfação das necessidades ambientais, culturais e sociais do povo e dos trabalhadores;
- Garantir o controlo público e combater a mercantilização da água e da sua distribuição, bem como do saneamento e da recolha e tratamento dos resíduos;
- Exigir medidas que garantam um melhor e mais eficiente uso da energia e garantam alternativas energéticas sustentáveis sob domínio público e, simultaneamente, sirvam com qualidade as populações;
- Reclamar um maior investimento no transporte público, designadamente alargando a produção nacional de material circulante, que garanta o acesso a todos os cidadãos, apostando em soluções coletivas públicas com menor impacto ambiental;
- Defender a transição para uma economia de baixo carbono que faça da defesa e criação do emprego com direitos uma exigência;
- Promover formação profissional adequada e de qualidade para os actuais e novos empregos a criar;
- Envolver os Sindicatos e garantir os direitos dos trabalhadores nos processos de transição em curso.

Seixal, 23 e 24 de Fevereiro de 2024

O XV CONGRESSO DA CGTP-IN